

Resenha do livro BOSCH, David J. *Missão Transformadora*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.

Tiago Abdalla Teixeira Neto

David Bosch introduz o livro mostrando a abrangência do termo missão na história da igreja e afirma sua presente crise que, necessariamente, não é algo negativo, mas normal à sua existência. Aponta razões para tal crise, entre elas a quebra da tradicional divisão entre territórios cristãos e não-cristãos, pois o ocidente considerado cristão se encontra cada vez mais secularizado e descristianizado. Com isso, também, começa-se a questionar a teologia e prática eclesial que era exportada do ocidente para os “campos de missão” de modo normativo.

Ainda na introdução, diante da quebra de paradigmas missionais, Bosch propõe algumas definições de missão: a fé cristã é intrinsecamente missionária diante do reinado de Deus em Cristo destinado a toda a humanidade; a missão é a expressão do relacionamento entre Deus e o mundo; não há diferença qualitativa entre missões no exterior e no próprio país; e não se pode divorciar a esfera espiritual de missões da material e social.

Ao entender a missão como a mãe da teologia, o autor mostra o NT (Novo Testamento) como um documento missionário. Enquanto no AT (Antigo Testamento), Deus se mostra missionário como Senhor da história e com Sua promessa escatológica de levar todas as nações a adorá-lo, Israel, além de não receber nenhuma ordem específica para cruzar fronteiras, anunciando a salvação, permanece insensível à sua eleição para ser bênção aos outros povos.

O Jesus conforme a narrativa cristã é considerado como o fundamento da Missão, nele o ato redentor do reino de Deus se manifesta. Em seu contexto do século I, Jesus choca o *establishment* religioso judaico com sua missão oniabrangente para todo o Israel, anunciando salvação tanto para “pecadores” quanto a fariseus, ricos e pobres, etc. Diante disso, a esperança de salvação aos gentios, ainda que não seja enfatizada, está latente nos evangelhos.

O reino de Deus no ministério de Jesus é encarado como inaugurado no presente, mas esperando sua consumação futura, e se manifesta no ataque contra o mal,

tanto espiritual, quanto físico e social. O discipulado passa a ser um chamado para testemunhar acerca de Jesus, não um meio para alcançar um status religioso. A Páscoa, morte e ressurreição de Cristo, é vista como o acontecimento central da missão, e a clara manifestação da realidade do reino de Deus na história. A missão na igreja primitiva experimenta um caráter mundial a partir de Antioquia e quebra as barreiras entre os grupos de povos da época. Apesar de passar de um movimento para uma instituição, esse foi o modo pelo qual a igreja pôde continuar com seu caráter distintivo por séculos.

No capítulo 2, é salientado que o conceito de missões percorre todo o evangelho de Mateus e não apenas na Grande Comissão (Mt 28.16-20). A parábola dos arrendatários em Mateus 22, em que o reino seria tirado de Israel e dado a um outro povo que desse frutos, bem como o trecho que indica os discípulos como luz do mundo, reforçam a idéia de missão futura entre os gentios, a qual é ratificada na Grande Comissão após a ressurreição de Cristo. Os próprios termos da grande comissão remontam ao contexto precedente no evangelho de Mateus. De modo, que tanto a missão a Israel quanto aos gentios devem ocorrer paralelamente, na formação do novo povo escatológico de Deus.

Ao abordar a missão nos volumes de Lucas-Atos, Bosch ressalta no evangelho a preocupação de Jesus com os pobres e com a necessidade dos ricos se arrependerem de sua injustiça. Em Atos, a missão aos gentios que se encontra de forma embrionária no evangelho, especialmente nas perícopes que tratam dos samaritanos, se concretiza com a expansão da missão de Jerusalém a todas as nações. Apesar de ênfases diferentes, ambos os volumes estão ligados pelo tema da salvação (nas várias esferas da vida) que ocorre apenas por meio de Jesus. O Espírito Santo liga a missão nos dois volumes, pois Ele é aquele que inicia e guia a missão tanto de Jesus quanto dos discípulos.

O autor trata a missiologia paulina em um espaço considerável. Um ponto saliente é a distinção que faz da apocalíptica paulina e a judaica. Enquanto a judaica é totalmente pessimista diante do presente, Paulo crê que o reino de Deus irrompeu no presente, e tal irrupção deve levar à igreja, como comunidade escatológica, a trabalhar em prol da redenção do mundo, enquanto aguarda a completa manifestação futura do reino realizada por Deus. Com isso, Paulo defende a unidade da igreja como testemunho ao mundo de um povo redimido e se opõe ao legalismo judaico que levanta barreiras entre o povo de Deus. Todavia, a igreja nunca poderá desprezar sua ligação com Israel como sua matriz no plano redentor divino.

Na segunda parte do livro, dá-se atenção aos paradigmas missionários nas

diversas épocas da história da igreja, com a finalidade de se traçar uma proposta missiológica no atual período. Bosch delinea, primeiramente, a missão dentro da perspectiva oriental e ressalta a igreja como o centro de missões, fazendo parte da própria mensagem que proclama, e a aculturação dela dentro do helenismo. Depois, no paradigma católico medieval, a missão se mistura com a coerção sobre os que não faziam parte da igreja e caminha ao lado do colonialismo. O monasticismo ocidental representa o lado positivo de missões dentro do catolicismo romano, ao trabalhar perseverantemente em prol da sociedade que os circundava e contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural europeu.

No período da reforma, o autor descreve os protestantes se concentrando mais em reformar a igreja e ter confissões puras, doutrinariamente, que em expandir a fé cristã. O texto da Grande comissão (Mt 28.18ss) fora remetido apenas como uma ordem para os apóstolos no primeiro século, não sendo mais obrigação da igreja daquela época. A ênfase na soberania divina gerou certa passividade, especialmente no luteranismo. Com os pietistas surge um interesse profundo por missões e uma descentralização da relação igreja-estado. A influência pietista não se limitou à esfera espiritual da vida, mas na transformação da sociedade. Os puritanos promoveram missões motivados pelas ênfases calvinistas da glória de Deus e da teocracia divina sobre a vida da sociedade.

O último capítulo sobre os paradigmas históricos, aborda a missão na esteira do iluminismo. Algumas características do iluminismo foram destacadas, tais como a superioridade da razão, o otimismo quanto ao progresso mundial, diferença entre fato e valor e a emancipação do indivíduo. As missões protestantes não conseguiram escapar da influência de sua época. O evangelismo concentrou-se na responsabilidade de indivíduos em aceitarem o evangelho. A criação de sociedades missionárias no final dos séculos XVIII e XIX, também, foi fruto da ênfase no indivíduo, não mais na igreja ou denominação. A idéia da superioridade do mundo ocidental e das civilizações cristãs sobre as demais foi um fator preponderante na missão, e culminou na caminhada unida entre missão e colonização. O otimismo quanto ao progresso e conquista da civilização cristã sobre o mundo todo foi grande durante boa parte deste período. O evangelho social foi uma expressão clara da confiança na tecnologia e do quanto ela viria a promover melhoras nas sociedades do mundo, a partir do ocidente. Por outro lado, movimentos evangélicos favorecendo a separação entre fato e valor, preocuparam-se apenas com as almas dos indivíduos, não em mudar a realidade social em que trabalhavam. Tem-se uma missiologia diversificada no período iluminista.

Na última parte do livro, ao propor elementos na formação de um modelo para a missão na pós-modernidade, o autor começa traçando os questionamentos atuais das características principais do período iluminista. Diante de tal mudança, não se propõe abordagens reacionárias ou revolucionárias, mas sim, a consideração das marcas antagônicas do pós-modernismo, como diversidade versus unidade e pluralismo versus holismo, na direção criativa, buscando a relevância da missão no mundo contemporâneo.

No penúltimo capítulo, trabalha-se de forma extensa nos elementos da missão dentro da pós-modernidade e se faz propostas dentro desses elementos, tais como a relação entre igreja e mundo, em que aquela está em favor do mundo, não se isolando dele e colocando o foco apenas na eternidade, mas também não perdendo seu caráter transcendente, deixando que o mundo dirija sua agenda; a missão não apenas mediando a salvação horizontal ou somente verticalmente, mas tendo um caráter integral, que transforma a relação entre o homem e Deus, e entre aquele e seus semelhantes; a diferença entre missão e evangelismo, em que este se encontra dentro do guarda-chuva maior da missão. Tanto na parte de contextualização e inculturação, o autor ressalta o caráter local que a missão deve assumir, não mais exportando a cultura e interesses ocidentais para o oriente ou terceiro mundo.

Ainda tratando do paradigma missionário ecumênico emergente, Bosch defende a unidade da igreja que transcende fronteiras denominacionais como essencial para a missão cristã. Um outro aspecto do paradigma pós-moderno abordado neste capítulo é o diálogo com outras religiões, no qual o autor entende que a missão cristã sempre será necessária, todavia, não se pode pensar no cristianismo como o detentor do meio exclusivo de salvação. Na conclusão do livro, é definido o perfil de missão dentro dos seis eventos salvíficos relevantes descritos no NT e suas implicações para a vida da igreja: encarnação, cruz, ressurreição, ascensão, pentecostes e parúsia. A missão da igreja emana e é parte da *missio Dei*.

Indubitavelmente, o trabalho de Bosch é fruto de pesquisa extensa na área de missiologia e demonstra profunda erudição teológica. As referências constantes dentro do livro e a bibliografia de trinta páginas endossam a profundidade do trabalho.

O autor é perspicaz ao traçar a missão da igreja primitiva como continuidade da missão de Jesus. A abordagem que faz entre os contrastes do discipulado de Jesus e dos rabinos judeus, mostrando diferenças essenciais entre eles, além de elucidar questões contextuais significativas, destaca implicações missionais importantíssimas

para a igreja hodierna, enquanto comunidade de discípulos de Jesus.

Ele, também, demonstra uma exegese coerente e acurada, ao relacionar a Grande Comissão como parte do desenvolvimento natural do livro, não isolado dele. Uma parte razoável de sua abordagem missiológica do livro de Mateus parte de seu entendimento do *Sitz in Leben* do escrito. O que é positivo, pois, implica em abordar o texto a partir de seu contexto.

David Bosch é bem equilibrado ao ressaltar a importância que Jesus dá aos pobres e grupos marginalizados dentro de Lucas, evidenciando o aspecto sócio-econômico e físico, além do espiritual, dentro da missão de Jesus. Seu equilíbrio se dá em não ver os ricos como fora dessa missão, mas dentro, a partir do momento em que Jesus os chama ao arrependimento da vida centrada em seus próprios interesses, para uma vida que busca o bem do próximo, como destaca nos exemplos de Zaqueu e do jovem rico. Digna de destaque é a observação que faz na missiologia paulina quanto à atitude de Paulo frente à escravidão. Mostra que na carta de Filemom, Paulo, de modo sutil, contesta a possibilidade de escravidão no relacionamento entre aqueles que fazem parte da comunidade de fé e conclui que deste modo a igreja constitui “‘bolsões’ que oferecem um estilo de vida alternativo que permeia os costumes da sociedade em que está inserida” (p. 194).

Em toda a parte que aborda os paradigmas missionários na história da igreja, fica claro o conhecimento profundo do autor sobre os momentos específicos vivenciados pela igreja. Suas observações são válidas e instigantes. Aqui cabe uma ressalva quanto ao que escreve sobre a missão na época da reforma. Uma leitura completa deste capítulo deixará claro que a apatia para com a missão encontrada no período da reforma é uma característica principal do contexto luterano, e não do contexto calvinista ou reformado (ver p. 289-308). O próprio Bosch reconhece que “teólogos luteranos do período da Reforma foram menos claros quanto à natureza missionária da teologia. Calvino, por seu turno, foi mais explícito, especialmente porque sua teologia levou mais a sério a responsabilidade do crente no mundo que a de Lutero” (p. 300). A consciência missionária de Calvino é inegável, tanto que um de seus propósitos com a Academia de Genebra era treinar missionários evangélicos. Os primeiros missionários franceses no Brasil foram enviados pela igreja de Genebra.¹

¹ Ver BARRO, Antonio Carlos. A consciência missionária de João Calvino. In: *Fides Reformata*. Vol. III, No. 1, Janeiro/Junho de 1998.; FERREIRA, Franklin. *A presença dos reformadores franceses no período colonial*. Disponível em www.monergismo.com.

Assim, talvez, fosse mais adequado que, em lugar de usar termos como “Reforma” e “reformadores” para falar da falta de interesse com a missão, o autor usasse “luteranismo” e “luteranos”.

É questionável o tratamento que é dado à revelação bíblica no livro. Nega-se o caráter de revelação aos livros bíblicos, vendo-os como interpretações da revelação (p. 228). A autoridade absoluta das Escrituras na construção de uma missiologia é rejeitada (p. 27, 593). O testemunho neotestamentário é visto como um paradigma fundamental, ainda que os outros encontrados na história da igreja, sejam fundamentais, mas, não tanto quanto o primeiro (p. 33). Bosch é realmente confuso, pois se o Novo Testamento é apenas interpretação do Jesus histórico e do evangelho pregado por ele, como podemos ter “critérios que nos viabilizam uma avaliação e crítica do contexto” (p. 594). Diante disso, ele recorre as Escrituras como aquela que nos guia na tarefa crítica da missão tanto de nossa época quanto nas anteriores (ver p.594). Mas, se ela não possui autoridade absoluta para julgar nossa missão, como discernir quando ela deve ser ouvida e quando não? Sua crítica à doutrina da inerrância das Escrituras na nota final 14, no capítulo sobre o iluminismo, ignora o fato de que é ela quem sustenta a *missio Dei* por meio de Cristo a todos os povos na argumentação de Paulo em Gálatas 3.16 (cf. versos anteriores e posteriores).

Quando, ao tratar do paradigma emergente, o autor entende a missão cristã como necessária, sem, todavia, delimitar o meio de salvação apenas em Cristo, abre espaço para a possibilidade salvífica em outras crenças (ver p. 578, 583-584). Minha pergunta é como Bosch lida com os textos de João 3.16-18, 14.6, 1 Timóteo 2.5? Essa é a consequência inevitável da confusão levantada, na crítica anterior, sobre o autor não considerar a Bíblia como sendo a autoridade final para a missão cristã.

Ademais, são, sem dúvida, elogiáveis e relevantes várias propostas de Bosch, ao delinear alguns elementos na missão dentro da pós-modernidade. As observações sobre contextualização e inculturação são alertas importantes numa época em que se importa, com facilidade e acriticamente, modelos norte-americanos na plantação e edificação das comunidades cristãs. Sua ênfase numa missão integral, sem dúvida, lembra aos leitores que a salvação não é manifesta apenas no futuro, mas já no presente com a irrupção do reino de Deus, de maneira ainda não consumada, por meio da Pessoa de Cristo.